

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO MARTINS/RN

Maricelia Ferreira Souza Silva¹
Mifra Angélica Chaves da Costa²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar como a escola está estruturando e implementando práticas inclusivas efetivas para atender as necessidades educacionais dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a fim de promover sua plena participação e desenvolvimento no ambiente escolar. Embasado pelos estudos dos autores: Da Silva (2021), Mantoan (2003), Paschoal (2012) e algumas leis como a Lei de Conscientização do Autismo (Lei nº 1.652 de 2018) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146 de 2015). A pesquisa é de abordagem qualitativa e de campo, envolvendo a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com questões abertas. Os sujeitos da pesquisa são duas professoras da escola Infantil da rede pública no município de Antônio Martins/RN. Foi constatado na pesquisa que a escola procura incluir os alunos com TEA, oferece apoio de professor auxiliar de sala para ajudar no processo de aprendizagem e apoio do CRAS para o atendimento educacional das crianças com necessidades educacionais. No entanto, a escola ainda precisa aprimorar este atendimento, através da elaboração de projetos, da formação dos professores e auxiliares.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Data de submissão 29 de novembro de 2024

Data de aprovação 28 de novembro de 2024

1 INTRODUÇÃO

Devido ao grande número de crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação escolar pública, como mostra os dados do censo escolar de 2023. “De acordo com a pesquisa estatística, ao analisar a faixa etária de 4 a 17 anos da educação especial, constatou-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns também vem aumentando gradativamente, passando de 94,2%, em 2022, para 95% em 2023” (INEP). Assim, surge a necessidade de promover uma educação efetivamente inclusiva, refletindo uma crescente conscientização sobre a importância da inclusão nas escolas públicas,

¹ *Graduada em Pedagogia (UERN), discente de Especialização em Atendimento Educacional Especializado oferecido pelo programa de pós-graduação LATO-SENSU (UFERSA). E-mail: maricelia_sousa19@hotmail.com

² Mestra em Educação (UERN). Docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), campus Caraúbas. E-mail: mifra@ufersa.edu.br

sendo necessário promover um ambiente educacional que acolha, reconheça e valorize as diferenças em todos os momentos de práticas educativas.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) não é uma patologia, mas sim uma condição de desenvolvimento neurológico podendo afetar a comunicação, comportamento e interação social que podem apresentar diferentes reações e estímulos ambientais, como sons e luzes. O TEA se manifesta de formas diferentes em cada indivíduo, apresentando diferentes graus e intensidade, e com o diagnóstico precoce permite o desenvolvimento de estímulos para independência e qualidade de vida das crianças.

Primeiramente, a crescente visibilidade do TEA na sociedade e nas escolas é um fator que não pode ser ignorado, além disso, a experiência profissional com crianças com autismo nos proporcionou uma visão mais empática e crítica sobre os desafios que essas crianças enfrentam e também as suas potencialidades. Ao observar como a inclusão e os recursos disponíveis impactam diretamente o aprendizado e o desenvolvimento social desses alunos, foi sentido a necessidade de aprofundar nessa discussão.

Diante do grande número de crianças diagnosticadas com TEA na escola em que trabalho foi despertado o desejo de realizar essa pesquisa, impulsionada pela vontade de entender melhor o TEA, suas implicações na educação infantil e como podemos trabalhar juntos para oferecer um ambiente mais inclusivo e propício ao desenvolvimento dessas crianças. Diante disso, surgiu a necessidade de entender de que forma a escola de Educação Infantil do município de Antônio Martins/RN está promovendo a inclusão de alunos com TEA? Partindo desse questionamento temos como objetivo geral analisar como a escola está estruturando e implementando práticas inclusivas efetivas para atender as necessidades educacionais dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a fim de promover sua plena participação e desenvolvimento no ambiente escolar.

Os objetivos específicos são investigar as diretrizes e políticas educacionais nacionais que orientam a Educação Infantil; discutir as políticas de inclusão e atendimento das necessidades específicas dos alunos com TEA e problematizar o impacto das práticas inclusivas adotadas pela escola no desenvolvimento, aprendizagem e participação social dos alunos com TEA.

O arcabouço teórico que utilizamos para fundamentar nossa pesquisa: Silva (2021), Mantoan (2003), Paschoal (2012), Lei nº 13.652 (Lei de Conscientização do Autismo), Lei nº13.146 (Lei Brasileira de Inclusão).

A pesquisa é de abordagem qualitativa e pesquisa de campo, envolvendo a coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada com questões abertas. A abordagem qualitativa permite uma compreensão mais profunda das percepções, vivências e desafios enfrentados pelos envolvidos na temática da inclusão de alunos com TEA na Educação Infantil. Os sujeitos da pesquisa são duas professoras de uma escola Infantil da rede pública no município de Antônio Martins/RN.

O artigo está estruturado da seguinte forma: introdução; em seguida, o referencial teórico, em que será traçado um breve histórico da Educação Infantil no Brasil; embates e conquistas da educação inclusiva e desmitificando o TEA; posteriormente, o caminho metodológico realizado para alcançar o objetivo da pesquisa; os resultados e discussão; considerações e, por fim, as referências.

2 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A luta pela garantia do direito à educação infantil no Brasil é um processo histórico que se estendeu por quase um século, refletindo mudanças sociais, políticas e culturais, regulamentada por uma série de legislações que visam garantir o direito à educação das crianças desde os primeiros anos de vida.

A partir da Constituição de 1988 a Educação Infantil foi reconhecida legalmente como um direito de todos e dever do Estado.

Na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças. Nesse contexto, a proteção integral às crianças deve ser assegurada, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público. A Lei afirma, portanto, o dever do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. (Brasil, 2006, p.9)

Logo após a aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, é um marco fundamental na proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. O Art.54 do ECA destaca a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade em assegurar à criança o direito à educação, incluindo educação infantil, que abrange creches e pré-escolas.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016). (ECA, p.44).

O ECA propõe um sistema de garantia de direitos, que envolve articulação entre diferentes esferas de governo, além da sociedade civil, onde busca assegurar que os direitos das crianças sejam respeitados e promovidos.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional evidenciou a importância da Educação Infantil, que passou a ser considerada como primeira etapa da Educação Básica, de acordo com o Art.29 da LDB “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LDB 2023, p.24). A educação infantil, como primeira etapa da educação básica, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, essa fase é crucial, pois é quando ocorrem os primeiros aprendizados e a formação de bases que influenciarão o futuro da criança em diversas áreas.

Em 1998, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) um conjunto de referências e orientações pedagógicas, estabelece diretrizes e orientações para a formação de currículos nas creches e pré-escolas.

A resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 implementa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil. (Brasil, 2010, p.11)

O conteúdo das diretrizes apresenta significativas proposições para o trabalho pedagógico nessa etapa educacional, ao definir que a primeira etapa da Educação Básica não deve ser voltada para a alfabetização, mas sim ter a criança como centro do planejamento, que o Projeto Político Pedagógico deve pautar-se em oportunizar diferentes experiências para as crianças e que essas precisam estar permeadas pelas linguagens.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada em 2017, é um documento normativo para as redes de ensino que é uma referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio. De acordo com a BNCC na Educação Infantil vem se consolidando a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo.

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas de comunicação. (têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (Brasil, 2018, p.36)

A trajetória da educação infantil no Brasil reflete uma crescente valorização do papel da infância na sociedade e o reconhecimento da importância dessa fase para o desenvolvimento humano. Esse longo processo histórico mostra como as percepções sobre a infância e a educação foram se transformando ao longo do tempo, hoje embora haja avanços significativos ainda existem desafios na implementação desse direito em todo o país.

3 EMBATES E CONQUISTAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva no Brasil tem sido marcada por um contínuo embate entre desafios e conquistas, refletindo um processo de transformação social e educacional. Desde a Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito à educação para todos, até a implementação de políticas específicas como a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual determina a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Parágrafo único. Esta lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno. (Brasil, 2015, p.8)

No entanto, essa trajetória não foi isenta de obstáculos, incluindo resistências culturais, infraestrutura inadequada e formação insuficiente para os educadores. Apesar dos desafios, as conquistas são notáveis como o aumento do acesso à educação, o desenvolvimento de recursos didáticos adaptados e a formação continuada de professores são resultados do compromisso com uma educação que respeita à diversidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 no Art. 59 assegura os educandos com deficiência a currículos e recursos educativos para atender às suas necessidades, assim também como professores capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns, no entanto, as escolas precisam considerar as necessidades de todos os alunos, incluindo os estudantes com deficiência ou transtorno.

É preciso pensar em uma escola para todos, “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. (Mantoan, 2003 p.16). A inclusão escolar é uma necessidade ética e a chave essencial para uma educação de qualidade, promove a diversidade no ambiente educacional, permitindo que estudantes de diferentes origens, habilidades e características compartilhem experiências. Isso ajuda a construir uma cultura de empatia e respeito às diferenças desde cedo, preparando os alunos para viver em uma sociedade diversa.

Todas as leis e políticas voltadas para a inclusão refletem um compromisso do Estado em garantir uma educação que respeite a diversidade e promova a equidade. A luta pela educação inclusiva continua sendo uma prioridade, exigindo esforços contínuos para assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes acolhedores e respeitosos.

Dentro desse contexto de luta pela educação inclusiva, é fundamental mencionar a Lei nº 12.764/2012, conhecida como a Lei do Autismo, que estabelece diretrizes específicas para garantir os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois tanto a educação inclusiva quanto a Lei do Autismo têm como objetivo promover o acesso e a permanência de todos os alunos no ambiente escolar. Esta lei complementa as diretrizes da educação inclusiva ao assegurar que os alunos com autismo recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento e aprendizado e, destacando, a importância da mobilização social e do compromisso coletivo para garantir que as leis sejam respeitadas e efetivamente implementadas.

4 DESMITIFICANDO O TEA

Segundo o Ministério da Saúde, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio que se caracteriza por alterações nas funções do neurodesenvolvimento, abrangendo mudanças qualitativas e quantitativas na comunicação, tanto verbal quanto não verbal, além de afetar a interação social e o comportamento. Isso pode incluir comportamentos repetitivos, hiperfoco em objetos específicos e restrição de interesses. Dentro do espectro do autismo, existem diferentes graus, que variam desde formas leves, com total independência e pequenas dificuldades de adaptação, até níveis de dependência total para realizar atividades cotidianas ao longo da vida. Dados do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) mostram que o Brasil realizou, em 2021, 9,6 milhões de atendimentos em ambulatorios, a pessoas com autismo, sendo 4,1 milhões ao público infantil com até 9 anos de idade.

De acordo com o Manual de orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria, o TEA tem origem nos primeiros anos de vida, variando em algumas crianças, ocorrendo o diagnóstico, em média, entre os 4 ou 5 anos de idade. São sinais sugestivos no primeiro ano de vida:

perder habilidades já adquiridas, como balbúcio ou gesto dêitico de alcançar, contato ocular ou sorriso social; não se voltar para sons, ruídos e vozes no ambiente; não apresentar sorriso social; baixo contato ocular e deficiência no olhar sustentado; baixa atenção à face humana (preferência por objetos); - demonstrar maior interesse por objetos do que por pessoas; não seguir objetos e pessoas próximos em movimento; apresentar pouca ou nenhuma vocalização; não aceitar o toque; não responder ao nome; imitação pobre; baixa frequência de sorriso e reciprocidade social, bem como restrito engajamento social (pouca iniciativa e baixa disponibilidade de resposta) interesses não usuais, como fixação em estímulos sensorio-viso-motores; incômodo incomum com sons altos; distúrbio de sono moderado ou grave; irritabilidade no colo e pouca responsividade no momento da amamentação; (MANUAL DE ORIENTAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019, p.2)

O diagnóstico precoce é importante, pois permite a implementação de intervenções que podem melhorar o desenvolvimento da criança e suas habilidades sociais, comunicativas e comportamentais. É comum que profissionais de saúde, como pediatras e especialistas em desenvolvimento infantil, realizem avaliações para identificar características do TEA durante consultas de rotina. Se houver preocupações sobre o desenvolvimento da criança, recomenda-se buscar uma avaliação mais detalhada o quanto antes.

O DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) é uma das principais ferramentas utilizadas por profissionais de saúde mental para diagnosticar e classificar transtornos, assim como o autismo. De acordo com o DSM-5, os níveis de autismo são classificados com base no nível de suporte necessário, reconhecendo que a gravidade pode oscilar de acordo com o contexto e o tempo. Foram descritos três níveis de gravidade: Nível 1: Exigindo apoio; Nível 2: Exigindo apoios sociais; Nível 3: Exigindo apoio muito substancial.

No nível 1, em relação à comunicação social, deve ser evidente um prejuízo notável, dificuldade para iniciar interações e presença de respostas atípicas dentro do contexto social. Por exemplo: um sujeito que fala frases completas e se envolve em algumas interações sociais, mas que apresenta falhas na conversação e as tentativas de fazer amizades são inadequadas e malsucedidas. No nível 2, há déficits graves nas habilidades de comunicação verbal e não verbal, prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio. Por exemplo: uma pessoa que interage, mas se limita a interesses

específicos reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente inadequada. Há grande dificuldade em lidar com mudanças, trocar o foco e presença de comportamento repetitivo. No nível 3, há grande limitação em dar início a interações sociais e abertura social mínima. Interage somente para satisfazer às necessidades individuais por meio de abordagens incomuns. Apresenta inflexibilidade de comportamento, gerando perdas acentuadas no funcionamento (DSM-5, p.15-16).

O entendimento do diagnóstico de autismo através dos critérios do DSM-5 é essencial para garantir um suporte adequado e intervenções eficazes. Para famílias e profissionais, o conhecimento dos critérios diagnósticos do DSM-5 é fundamental para uma compreensão mais ampla do Transtorno do Espectro Autista, possibilitando um cuidado mais eficaz e personalizado.

Existem leis que asseguram direitos das pessoas com autismo a conscientização sobre o TEA tem crescido significativamente, trazendo à tona a importância de garantir direitos e proteção para as pessoas com autismo. No Brasil, diversas leis foram criadas com o objetivo de promover a inclusão, garantir acesso à educação e à saúde, além de assegurar o respeito às necessidades específicas das pessoas no espectro autista.

A partir da promulgação da Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, um marco importante na luta pelos direitos dessas pessoas foi estabelecido. Essa legislação não apenas reconhece o autismo como uma condição que exige atenção especial, mas também define diretrizes para a inclusão social e educacional.

Em conformidade com o Art. 3º da lei de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, são direitos da pessoa com TEA:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social.

O autismo representa, para os profissionais da educação especial, a necessidade de garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, considerando a presença de crianças diagnosticadas com TEA nas escolas públicas.

A Lei Romeo Mion (Lei N.º 13.977, de 8 de janeiro de 2020) cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), que leva o nome de Romeo Mion, filho do ator e apresentador Marcos Mion, que tem Transtorno do Espectro Autista, a lei reafirma e amplia os direitos das pessoas com autismo, garantindo acesso a serviços de saúde, educação e assistência social. Essa lei é um importante avanço na proteção dos direitos das pessoas com TEA no Brasil, proporcionando um marco legal que busca garantir uma vida digna e inclusiva para essas pessoas.

A Lei Nº 13.652, de 13 de abril de 2018, institui o Dia Nacional de Conscientização do Autismo no Brasil, celebrado no dia 2 de abril, sendo uma data importante, pois promove a conscientização e discute os direitos e as necessidades das pessoas com autismo. Incentivando ações educativas e mobilizações por parte

de órgãos públicos, escolas, sociedade civil, e serve para destacar a inclusão em todos os sentidos da vida social, educacional e profissional, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com as diferenças.

Além de todas estas leis que amparam a pessoa do espectro autista, ressaltamos a importância da inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares, um direito que também é garantido por legislações brasileiras, como a Lei Brasileira de Inclusão, Fink 2016 (apud Da Silva, 2021) aponta que a pessoa com autismo precisa interagir socialmente, e que esse contato contribui para seu desenvolvimento, por isso que a inclusão é uma prática social, cultural e educacional. O acompanhamento da criança e sua inclusão no ambiente escolar é um processo contínuo e adaptável que deve ser realizado em parceria entre profissionais, Silva (2021) destaca a importância da relação entre família, escola e acompanhamento médico, para que alunos autistas sejam integrados na sala de aula.

Esta abordagem colaborativa contribui significativamente para o desenvolvimento integral da criança, ajudando a alcançar seu potencial máximo em um ambiente inclusivo e acolhedor, ressaltando a “importância das adaptações no currículo, enquanto necessárias para um melhor desenvolvimento educacional, possibilitando a reavaliação do comportamento dos professores” (Silva, 2021, p.3), assim, destacamos a necessidade de valorizar a individualidade do aluno e reconhecer que as práticas pedagógicas devem evoluir para criar um ambiente inclusivo e eficaz.

5 METODOLOGIA

Aqui descreveremos todo o processo que utilizamos para a construção da nossa pesquisa, ou seja, todos os caminhos percorridos no qual envolve um conjunto de técnicas ao qual possibilitam coletar e analisar informações sobre o tema abordado, pois a “metodologia é um processo que engloba um conjunto de métodos e técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos”. (Oliveira, 2007, p.43) Para atingir o objetivo da pesquisa, foi realizado uma pesquisa de abordagem qualitativa uma vez que segundo Richardson et al. (2007) a pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta, principalmente, em análises qualitativas, caracterizando-se em princípio pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados, em que o pesquisador entra em contato direto com os sujeitos pesquisados, já que segundo Oliveira (2007), através da pesquisa qualitativa tenta-se explicar a fundo as características das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas ou seja, é através da abordagem qualitativa que o pesquisador pode analisar dados que não pode ser determinado numericamente.

Foi realizada uma pesquisa de campo que “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los” (Lakatos, 2003, p.186), o instrumento da pesquisa foi entrevista estruturada.

Nosso primeiro passo foi conversar com a Diretora da Escola, expor a nossa pesquisa e pedir permissão para a realização dela, nessa conversa foi explicado os objetivos da pesquisa com relação a inclusão de crianças com TEA na escola. Explicado como seria realizada a pesquisa, a Diretora se dispôs para qualquer esclarecimento. Em seguida foi escolhido os sujeitos da pesquisa, duas professoras que lecionam nos níveis IV e V da pré-escola. Através da entrevista fizemos uso de

um roteiro de questões pré-elaboradas, para que assim pudéssemos obter as informações necessárias de forma organizada e estruturada.

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados [...] Entre as principais vantagens das entrevistas estruturadas estão a sua rapidez e o fato de não exigirem exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos. Outra vantagem é possibilitar a análise estatística dos dados, já que as respostas obtidas são padronizadas (GIL, 2008, p.113).

A entrevista foi realizada utilizando um conjunto de perguntas, garantindo que as professoras entrevistadas respondessem às mesmas questões, facilitando a comparação das respostas e análises dos dados.

O lócus da pesquisa foi uma escola pública localizada no município de Antônio Martins/RN, cidade localizada na microrregião de Umarizal, dentro da mesorregião do Oeste Potiguar, a 300km da capital Natal, contando com aproximadamente 7.145 habitantes no último censo. A escola pesquisada foi fundada em 2014, situada na Região Urbana da cidade de Antônio Martins, funcionando durante os turnos matutino e vespertino.

Atualmente oferece Educação Infantil (2 anos e 6 meses a 5 anos), “o corpo discente é composto, em grande parte, por crianças que moram próximo à Escola e a outra parte, uma pequena parte por crianças que moram na zona rural” (PPP da Escola, 2023, p.10). De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a Escola oferece atendimento educacional para crianças com necessidades educacionais especiais, através de professores auxiliares na sala de aula e apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Conta com 12 turmas, sendo 6 do nível de creche II e III, e 6 da pré-escola IV e V. De acordo com os dados do Sistema Integrado de Gestão e Educação (SIGEDUC), são 173 alunos matriculados e um quadro docente de 20 professores.

A Escola conta com diversos espaços para a interação e atividades pedagógicas, contamos com uma (1) sala de direção e coordenação uma (1) sala de secretaria e professores, (2) banheiros disponível para professores, dez (10) salas para o desenvolvimento amplo de atividades pedagógicas, lúdicas e culturais atendendo as faixas etárias de 02 a 05 anos, dois (2) banheiros adaptados aos tamanhos das crianças, sendo estes para a higiene dos alunos e também para o trabalho direcionado quanto a Higiene Pessoal.

Contamos também com pátio coberto, que é um espaço educativo viabilizando o desenvolvimento de diversas atividades lúdicas. Contamos com um espaço verde livre, destinado para diversas atividades educativas, como piqueniques, esconde-esconde e diversas outras atividades educativas. Faz parte do prédio também uma cozinha, um almoxarifado e uma sala de TV. A escola é bem ampla e aconchegante (PPP da Escola, 2023, p.17).

Em todos os níveis têm matrículas de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, sendo 2 no nível II, 5 no nível III, 5 no nível IV e 3 no nível V, no total são 15 alunos que necessitam de atendimento educacional especializado, todos apresentam autismo de diferentes níveis de suporte e outros transtornos de desenvolvimento

6 ANÁLISES E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com duas professoras, selecionadas, principalmente, pela disponibilidade e afinidade com elas para realizar a entrevista. Por questões de ética não serão revelados os nomes das professoras, mas sim nomes fictícios ao longo do artigo. Assim chamaremos de “Ana e Bia”. Caracterização do perfil dos participantes do estudo segundo a idade, sexo, formação profissional, etapa de ensino que leciona, tempo de trabalho, número de alunos com TEA e nível de suporte:

Nome	Idade	Sexo	Formação Profissional	Tempo de Trabalho	Nível que leciona	Alunos com TEA	Nível de Suporte
Prof ^a Ana	25	Feminino	Pedagogia	2 anos	IV	1	1
Prof ^a Bia	52	Feminino	Pedagogia	22 anos	V	2	1 e 2

Fonte: Autoria própria (2024)

Durante a entrevista no dia 27 de setembro de 2024 às 15h00 na escola foi questionado sobre o perfil dos alunos com TEA, a professora Ana descreve que o aluno apresenta dificuldade de concentração, controle emocional e compreensão das emoções alheias, já Bia relata que um de seus alunos (nível de suporte 2) apresenta variações de comportamentos sendo hora calmo e logo apresenta um comportamento agressivo, já o outro aluno (nível de suporte 1) é mais calmo, já consegue ler, mas não gosta de fazer atividades de escrita.

Essas características são comuns entre os alunos com TEA e podem impactar seu desempenho escolar e social, já que é um distúrbio de alterações nas funções do neurodesenvolvimento, podendo causar mudanças de comportamentos. O que também determina estas oscilações comportamentais são os níveis de suporte de cada indivíduo com autismo, como relatado nas falas das professoras.

A presença de uma professora auxiliar é um ponto positivo, já que de acordo com as falas das duas professoras entrevistadas a escola dispõe de profissional da Educação Especial (auxiliar) na sua sala de aula, pois indica que a escola está buscando formas de atender as necessidades específicas dos alunos com TEA, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), determina que o sistema de ensino deve garantir a integração da modalidade de educação especial desde a educação infantil, “cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, [...] monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades” (PNEEPEI, 2008, p.17).

A parceria no planejamento das aulas é um aspecto importante destacado na entrevista. As professoras mencionam que os alunos com TEA recebem as mesmas atividades que os demais, quando questionada se há parceria entre o trabalho da professora titular e a professora auxiliar, a professora Ana respondeu o seguinte:

Sim, realizo o planejamento com a professora auxiliar, os planos de aulas são os mesmos, a mesma coisa que eu passo para os alunos eu passo para o aluno com TEA, porque a questão dele não é atraso cognitivo, ele não tem dificuldade em nenhuma atividade, pelo contrário, ele é extremamente inteligente, o problema dele é falta de concentração. Nós passamos as mesmas atividades, é o mesmo planejamento, só que dependendo da necessidade dele a professora auxiliar ajuda, pois ele quer responder primeiro do que todos e geralmente pede para que a professora auxiliar explique logo a ele.

Já a professora Bia destacou a importância da parceria com a professora auxiliar, afirmando: *"Tem muita parceria; tudo que realizamos na sala é combinado entre nós duas. Fazemos as atividades juntas; a professora auxiliar não faz atividades diferentes."* Essa colaboração é fundamental para lidar com as particularidades dos alunos, especialmente no caso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). E mencionou que um dos alunos com TEA *"não realiza nenhuma atividade"* e que, embora esteja começando a interagir nas brincadeiras e danças, ainda apresenta resistência em participar das atividades propostas. *"A gente tenta com letrinhas, mas ele não quer saber de nada de atividade"*. O outro aluno, por sua vez, apresenta dificuldades relacionadas à motivação, apesar de saber ler desde os três anos, ele demonstra resistência em escrever e participar das atividades.

Além disso, a professora ressaltou que *"as atividades são as mesmas"*. Isso se agrava pelo fato de um dos alunos faltar frequentemente às aulas: *"Ele passa meses sem vir; vem dois dias e a mãe manda dizer que está doente"*. Essa situação evidencia os desafios enfrentados pela equipe pedagógica na busca por promover um ambiente inclusivo e adaptado às necessidades dos alunos.

Ao serem questionadas sobre as metodologias utilizadas para ensinar a turma, incluindo o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), as duas professoras explicaram que as abordagens adotadas são as mesmas para todos os alunos, a professora auxiliar utiliza as mesmas metodologias em conjunto, sem uma estratégia específica apenas para os alunos com TEA, a docente Ana relatou que *"a metodologia que é utilizada com o aluno autista é a mesma utilizada com todos os alunos ... só que com ele a gente precisa ter mais atenção ... precisar tentar controlar as emoções dele, se acontecer qualquer coisa o desestabiliza, tira o foco dele"*. A professora Bia apontou que, na escola, não existem projetos dedicados exclusivamente a esses alunos, *"na verdade, não tem projeto na escola para esses alunos, têm um acompanhamento oferecido pelo município com a psicopedagoga, psicólogo e fonoaudiólogo que atende as crianças com TEA"*. Esse suporte é fundamental para garantir que as necessidades específicas desses alunos sejam atendidas de maneira adequada.

De acordo com Mantoan (2003), as escolas que realmente entendem e valorizam a diversidade entre os alunos são aquelas que implementam projetos inclusivos. Isso significa que elas não apenas aceitam a presença de alunos com diferentes necessidades e habilidades, mas também buscam ativamente integrar essas diferenças no processo educacional, destacando que o método de ensino nessas escolas é muito diferente do modelo tradicional. Elas adaptam suas abordagens para atender às necessidades específicas de cada aluno, implementam métodos de ensino inovadores e adaptados às necessidades individuais. As abordagens tradicionais tendem a ser inadequadas para lidar com as complexidades das dificuldades enfrentadas por alunos diversos, uma verdadeira inclusão vai além de simples adaptações superficiais, ela requer uma reavaliação profunda das práticas educacionais.

Por fim, foi questionado o que é realizado e poderia ser melhorado para garantir a inclusão efetiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na instituição, e a professora Bia apontou que:

Acho que poderia melhorar se tivesse um profissional de educação especial na escola para atender esses alunos, desenvolver metodologias que chamasse a atenção desses alunos, porque a gente lida com todos e é difícil, mas se tivesse um profissional dentro da escola diretamente para atender eles, eu acho que melhoraria muito.

A professora enfatizou que, embora a equipe atual lide com todos os alunos, a falta de um profissional dedicado torna o processo desafiador. Com um especialista atuando diretamente na escola, acredita-se que a qualidade do atendimento aos alunos com TEA poderia melhorar significativamente, resultando em um ambiente mais inclusivo e adaptado às suas necessidades.

A fala da Professora Ana, também destaca a importância de elaborar uma atividade adaptada de acordo com a necessidade do aluno.

Dependendo do caso do aluno é muito importante que a professora auxiliar que tá ali pra ajudar esse aluno, desenvolva atividade que esteja no mesmo assunto de toda a turma, que o planejamento seja igual, mais que seja adaptado para esses alunos, que tenha mais projetos voltados para eles,..., já teve algumas oficinas para educação especial, mais que comece a ter não só com as professoras auxiliares mas também com as professoras titulares, as duas professoras e que seja mais recorrente ainda essa questão de oficinas, de cursos voltados para a educação especial (Prof. Ana).

Para melhorar a inclusão, a professora sugere que, cada turma contasse com um professor específico dedicado a esses alunos. Esse profissional poderia desenvolver atividades alinhadas ao conteúdo geral da turma, mas adaptadas às necessidades dos alunos com TEA, garantindo que eles se sintam integrados e estimulados. Além disso, ela enfatiza a importância de realizar mais projetos voltados para esses estudantes, assim também, como a formação dos professores, com oficinas relacionadas à educação especial, e que as formações não se limitassem apenas aos professores auxiliares, mas também envolvessem as professoras titulares. A proposta é que as oficinas e cursos voltados à educação especial sejam mais frequentes e abrangentes, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) “para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (Brasil, 2008), esta formação se faz necessária para que o professor desenvolva habilidades pedagógicas amplas, como planejamento de aulas, gestão de sala de aula e avaliação, esses conhecimentos ajudam o professor a criar um ambiente de aprendizado positivo e a interagir efetivamente com todos os alunos.

A fala das professoras entrevistadas enfatizam a importância de que os professores tenham formação sobre educação especial, destacando a necessidade de que a formação do professor não se limite apenas à sua formação inicial, mas que também inclua a formação continuada, para que assim possa entender as diferentes condições e necessidades dos alunos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento, bem como estratégias pedagógicas adaptadas para atendê-los. Esses conhecimentos são cruciais para que o professor possa oferecer um suporte adequado e efetivo, promovendo uma verdadeira inclusão. Isso é fundamental, pois a educação é um campo em constante evolução, e os educadores precisam estar atualizados sobre novas metodologias, abordagens e legislações relacionadas à educação especial e inclusiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas inclusivas implementadas pela escola para atender às necessidades educacionais dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) revela a importância de uma abordagem estruturada e comprometida com a inclusão. O objetivo deste estudo é analisar como a escola está estruturando e implementando práticas inclusivas efetivas para atender às necessidades educacionais dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a fim de promover sua plena participação e desenvolvimento no ambiente escolar.

Além disso, ao discutir as políticas de inclusão e o atendimento das necessidades específicas dos alunos com TEA, foi possível identificar tanto avanços quanto desafios. Embora muitas escolas tenham adotado práticas inclusivas, ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas, como a formação continuada dos professores e a adequação das metodologias de ensino. Essas ações são essenciais para garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

Por fim, foi constatado na pesquisa que a escola procura incluir os alunos com TEA, realizando matrículas de todos os alunos com alguma necessidade ou transtorno, possui uma boa estrutura física com muitas salas, banheiros adaptados para as crianças e espaço para o desenvolvimento amplo de atividades pedagógicas, lúdicas e culturais. A escola oferece o apoio de uma auxiliar de sala para ajudar no processo de aprendizagem e apoio do CRAS para o atendimento educacional das crianças com necessidades educacionais.

No entanto, a escola ainda precisa aprimorar este atendimento das crianças com TEA, através de elaboração de projetos voltados para elas, e da formação e capacitação dos professores e auxiliares, através de oficinas, palestras e cursos para que assim seja possível atender as diferentes condições e necessidades dos alunos, e desenvolver estratégias adaptadas, visto que, nas falas das professoras entrevistadas elas relatam que a escola já oferece algumas oficinas de formação para as professoras auxiliares, mas que ainda não é suficiente, é preciso que as formações sejam mais frequentes e abrangentes. O Ministério da Educação, promove formação continuada do ensino especializado, estes cursos são gratuitos voltados para a educação especial e estão disponíveis no Ambiente de Aprendizagem Virtual do Ministério da Educação (AVAMEC), focados em capacitar gratuitamente professores e profissionais da educação, além de pessoas interessadas de maneira geral nas temáticas propostas.

Os resultados desta pesquisa podem servir como base para a elaboração de programas de formação e capacitação para educadores, ressaltando a necessidade de conhecimentos específicos acerca do TEA e das metodologias inclusivas. Isso pode ajudar a preparar melhor os professores para lidar com a diversidade em sala de aula, promover a sensibilização sobre a importância da inclusão dos alunos com TEA, tanto entre educadores quanto entre os pais e a comunidade escolar em geral. E consequentemente podem influenciar políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, fornecendo evidências sobre a eficácia das práticas adotadas nas escolas e sugerindo melhorias que beneficiem os alunos com TEA.

A continuidade da pesquisa pode incluir estudos que acompanhem o desenvolvimento dos alunos com TEA ao longo do tempo, permitindo uma análise mais profunda dos impactos das práticas inclusivas em diferentes etapas da educação, assim também como expandir o foco para incluir outros transtornos do desenvolvimento ou necessidades educacionais especiais, comparando as práticas inclusivas adotadas para diferentes grupos de alunos. Outra perspectiva é realizar avaliações detalhadas sobre práticas específicas já implementadas nas escolas,

identificando quais estratégias são mais eficazes e como podem ser replicadas ou adaptadas em outras instituições. Essas contribuições e perspectivas destacam a relevância contínua da pesquisa na promoção de uma educação inclusiva efetiva e no fortalecimento do papel das escolas na sociedade.

REFERÊNCIAS

AMBROSIM, Inês; AMBROSIM, Lucinéia. AUTISMO NA ESCOLA PÚBLICA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES. Revista Tópicos, v. 2, n. 7, 2024. ISSN: 2965-6672. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/autismo-na-escola-publica-desafios-e-oportunidades> Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília : MEC, SEB, 2006. 32 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> Acesso em 12/11/2024 Acesso em 24 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. [Estatuto da pessoa com deficiência (2015)]. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico] : Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) / Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 200).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf Acesso em: 26 out. 2024.

DSM-5 E O DIAGNÓSTICO DE TEA Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/cartilhas/cartilha-dsm-5-e-o-diagnostico-de-tea/> disponível em: 12 nov. 2024.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 11 nov. 2024.

LEI Nº 13.652, DE 13 DE ABRIL DE 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13651.htm Acesso em: 12 nov. 2024

LEIS QUE ASSEGURAM DIREITOS DAS PESSOAS COM AUTISMO Disponível em: <https://defensoria.am.def.br/2023/04/26/mes-do-tea-veja-leis-que-asseguram-direitos-das-pessoas-com-autismo/> Acesso em 12 nov. 2024.

MANUAL DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/04/manual-de-atendimento-a-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista-final-23-05-22.pdf> Acesso em: 31 ago. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MINISTÉRIO DA SAÚDE Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares> Acesso em 11 nov. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PROMOVE FORMAÇÃO CONTINUADA DO ENSINO ESPECIALIZADO EM AMBIENTE VIRTUAL Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/ministerio-da-educacao-promove-formacao-continuada-do-ensino-especializado-em-ambiente-virtual> Acesso em 24 nov. 2024.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 24 out. 2024.

SILVA, R. P. Inclusão de Pessoas com Autismo na Escola: Enfrentamentos e Estratégias. Inclusão de Pessoas com Autismo na Escola: Enfrentamentos e Estratégias, p. 14, 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped.Desenvolvimento-21775b-MO-Transtorno do Espectro do Autismo.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped.Desenvolvimento-21775b-MO-Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf) Acesso em 11 nov. 2024.